

RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARANÁ: DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS AO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES DE PARANAGUÁ (1938-1963).

RESIGNIFICACIONES DEL PATRIMONIO CULTURAL EN PARANÁ: DEL COLEGIO DE LOS JESUÍTAS A LO MUSEO DE ARQUEOLOGÍA Y ARTES POPULARES DE PARANAGUÁ (1938-1963).

Vinícius Assis¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de investigar os significados atribuídos ao patrimônio conhecido como Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. O edifício é uma construção do século XVIII, que após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil (1760) acabou se tornando uma ruína. Entretanto foi o primeiro edifício a ser tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no estado do Paraná, e hoje abriga a sede expositiva do Museu de Arqueologia de Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Ao desenvolver a pesquisa foi necessária a utilização de metodologias que abarcassem os significados e a construção de identidades inseridas nas práticas

¹Graduando em História pela Universidade Estadual de Londrina. Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (o PIBID) de História em 2014 e 2015, hoje é bolsista do projeto Patrimônio cultural e museu: a história das coleções e do acervo do Museu Histórico de Londrina/PR (1970/2000). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase nas políticas culturais e práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Paraná.

patrimoniais. Tal análise nos permite compreender os valores atribuídos ao patrimônio, às práticas de preservação por instituições e profissionais do setor, bem como a função política e social do conceito de patrimônio perante as disputas pelo prédio histórico por diferentes instituições no Paraná.

Palavras chave: Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. Identidade. Memória. Patrimônio Cultural.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo investigar los significados atribuidos al patrimonio conocido como Colegio de los Jesuítas de Paranaguá. El edificio es una construcción del siglo XVIII, que después de la expulsión de la Compañía de Jesús de Brasil (1760) se convirtió en una ruina. Sin embargo, fue el primer edificio reconocido por el Departamento de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, en el estado de Paraná, y en la actualidad alberga la sede del Museo de Arqueología de Etnología de la Universidad Federal de Paraná. Desarrollado la investigación utilizando metodologías que abarcase los significados y la construcción de identidades introducidos en las prácticas de patrimonio. Este análisis nos permite comprender los valores atribuidos a la herencia, las prácticas de conservación por parte de instituciones y profesionales del sector, así como el papel político y social del concepto de patrimonio antes de disputas del edificio histórico por diferentes instituciones en Paraná.

Palabras clave: Colegio de los Jesuitas de Paranaguá. Identidad. Memoria. Patrimonio Cultural.

Introdução

Desde as primeiras práticas de preservação do patrimônio, no decorrer do século XX, estas sempre recaíram sobre a herança paterna, bens de família, e bens materiais ou não, de pessoas ou empresas. As

qualificações adjetivas que aparecem junto ao termo – histórico, cultural, mundial, arqueológico, natural, nacional – mostram que este é um produto heterogêneo e vítima da incoerência, fruto de seu ecletismo no tempo histórico. É de conhecimento corrente que patrimônio se refere a um bem destinado ao usufruto de determinadas sociedades, constituído na acumulação contínua de objetos que legitimam uma consciência histórica, a ruptura ou a congregação de seu passado comum (CHOAY, 2006)².

Por outro lado, ao ser analisado em perspectiva histórica, nota-se que “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2013). Sob esse ponto de vista, os valores atribuídos aos bens móveis e intangíveis, bem como suas práticas de preservação por instituições e profissionais do setor, devem ser compreendidos considerando o decorrer do tempo histórico. Exemplos desse processo são: a consolidação de monumentos históricos, a institucionalização de políticas e órgãos patrimoniais que visam à preservação de edifícios e hábitos, além da criação de museus e arquivos para salvaguarda de determinadas memórias coletivas.

² Edificações, cidades históricas (também intitulados monumentos históricos), obras dos mais variados gêneros artísticos, além de trabalhos e produtos de todos os saberes inserem-se no campo de bens suscetíveis ao patrimônio como sinalizou Françoise Choay com a expressão “Arca de Noé” (CHOAY, 2006, p. 209).

Na condição de “lugares de memória”, os edifícios tombados como patrimônio são marcos testemunhais de outra era e refletem uma consciência pedagógica e contemplativa da história (NORA, 1993). Diante de tais questões, este trabalho tem por objetivo investigar a história que envolve o tombamento do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

A pesquisa focou, dentre as muitas possibilidades de abordagens e recortes, o processo de tombamento do edifício e sua função social perante instituições federais e locais. Em função disso, foi necessário: 1) Analisar os significados atribuídos ao conceito de patrimônio que legitimaram o tombamento do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá; 2) Compreender a função política e social do edifício no meio das disputas pelo edifício por diferentes instituições políticas e culturais; 3) Por fim, evidenciar a memória preservada do edifício no atual espaço museológico.

Ao desenvolver a pesquisa foi necessária a utilização de metodologias que abarcam a pluralidade semântica e a construção de identidades inseridas no conceito de patrimônio. Para tanto nos apropriaremos da “história dos conceitos”, desenvolvida por Reinhart Koselleck, no qual investigando a produção de significados de determinados conceitos, tornou-se possível compreender suas funções políticas e sociais, além inseri-las numa complexidade de significados produzida por instituições e grupos sociais, resultando em uma batalha

semântica que vem a definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude dos significados do conceito no presente.

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrupa à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentidos. (KOSELLECK, 2006, p.109).

Os processos de permanência, transformação e inovação são compreendidos diacronicamente ao longo das significações e apropriações de um conceito determinado, fornecendo indicadores para a história social. O patrimônio, portanto, vem associado a uma pluralidade de significados que legitimam o tombamento e preservação de bens que congregam a consciência histórica de um passado comum.

Patrimônio e as construções da nação

Discussões sobre identidade nacional sempre tiveram diferentes perspectivas e significados no Brasil, desde a independência (1822). Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Imperial de Belas Artes e Academia Brasileira de Letras desempenharam um papel fundamental nas produções historiográficas, artísticas e literárias sobre a questão nacional no século XIX, período

em que conhecimento da história adquiriu um sentido legitimador para decisões de natureza política, nacionalista e de singularidade física da Nação em construção (GUIMARÃES, 1988).

No Paraná, já no início do século XX, instituições criadas em Curitiba e Paranaguá vieram a reforçar a imagem paranaense – os Institutos Histórico e Geográfico Paranaense e de Paranaguá, o Museu Paranaense, o Círculo de Estudos Bandeirantes, o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense e o Club Litterario de Paranaguá – perante o Estado Nacional e à nação. O discurso paranaista tomou força nesse período, enfatizando a visão paradisíaca da terra e da gente do Paraná, as riquezas naturais e um nativismo que buscou consolidar um patrimônio cultural para o estado (KERSTEN, 2000, p.115).

Com a deflagração do golpe de Getúlio Vargas (1937), consolidando o Estado Novo, conceitos como nação e identidade passaram a compor as políticas do Estado, momento em que se deu também a institucionalização da preservação cultural, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1937. Segundo o Artigo 1º do Decreto, constitui patrimônio:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Através do SPHAN, o Estado veio a preservar o patrimônio histórico e artístico da nação, estabelecendo uma série de normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens materiais (áreas urbanas, edificações, objetos móveis, em geral de cunho religioso), enquadrando-os na perspectiva de patrimônio nacional. Segundo Chuva, a escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, que revelasse a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações do futuro e conter as diferenças do presente (CHUVA, 2009). Tais monumentos têm por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, com a mediação da memória ou da história (CHOAY 2006).

A atuação do SPHAN no estado do Paraná começou momentos antes da aprovação do Decreto-lei nº 25, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade – primeiro diretor do SPHAN – envia uma solicitação a David Carneiro – intelectual e historiador paranaense – em abril de 1937, no qual é pedida uma consulta sobre a possibilidade de Carneiro relacionar as obras de arquitetura civil, religiosa e militar existentes no Paraná e que possam ser integradas ao futuro patrimônio histórico e artístico nacional. Carneiro, rapidamente, responde à solicitação ao enviar uma lista com os bens possíveis e serem tombados pelo patrimônio nacional:

Com infinito prazer tomaria a mim organizar a lista e a justificação de proposta das obras notáveis de arquitetura civil,

religiosa e militar de meu Estado, mas como elas são pouquíssimas, da-las-hei aqui, desde logo:

1- Litoral a)- Fortaleza de Paranaguá. Construída no reinado de D. Pedro I, com material da Catinga. Histórica pelo cazo do cruzador Comorant – 29. VI. 1850.

b) Convento dos Jesuítas. Tem aspectos arquitetônicos curiosos, e possue a boca de um subterrâneo entupido por ordem superior pelos soldados do 2º Batalhão de engenharia. Esse túnel, sabe-se por tradição, que passava por baixo da cidade ligando o convento ao porto dos padres.

2- 1 Planalto de Curitiba: Cidade da Lapa. (Histórica desde 1894).

a) Igreja – construída em 1784.

b) Caza em que morreram o Cel Dulcídio Pereira, Joaquim Lacerda, e onde se firmou o documento de capitulação da praça a 11. II. 1894.

c) Casa em que morreu o General Antonio Ernesto Gomes Carneiro.

(Assim como Ouro Preto foi declarado monumento nacional, parece-me que a Lapa, que barrou o avanço federalista por 26 dias, salvando a República, devia também ser contemplada com glória semelhante).

3- (2 Planalto da Serrinha) – Fazenda da Fortaleza, perto de Tibagi.

4- Planalto de Guarapuava – Nenhum monumento subziste.³

Dos bens selecionados, o chamado Convento dos Jesuítas foi o primeiro a ser tombado pelo SPHAN no Paraná, em 24 de maio de 1938. Sendo um edifício de cunho religioso e o mais antigo da lista de

³A cópia das documentações de Rodrigo Melo Franco de Andrade e David Carneiro, encontram-se na Superintendência do IPHAN do Paraná, em Curitiba, e foi cedida para o desenvolvimento da pesquisa.

David Carneiro⁴, fica evidente a importância do mesmo perante as concepções de patrimônio do SPHAN, uma vez que remete à presença colonial portuguesa e a importância da religião católica na formação do território que hoje é o Paraná. Delimitado pelas políticas centralizadoras do Estado Novo, as ações do patrimônio histórico artístico nacional vieram a demarcar uma territorialização da nação partindo do que foi denominada “parte construída” do Brasil, significando uma noção de civilização, na medida em que se valorizou a chamada “arquitetura tradicional”, herdada da formação social portuguesa do Brasil (CHUVA, 2009).



Imagem 1: Fundos do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, antes do tombamento (1938). Destaque para as diferentes janelas, produtos das diversas apropriações do edifício entre os séculos XVIII ao XX. **Fonte:** M A E / T I E D D

⁴O edifício é datado em 1755, sendo um colégio onde os padres da Companhia de Jesus lecionaram o ensino primário, latinidade e dogmas da Igreja Católica para os filhos da nobreza de Paranaguá.



Imagen 2: Sua arquitetura, tradicionalmente empregada por ordens religiosas em seus conventos e mosteiros no Brasil colonial, dispõe os vários corpos da construção em “quadra”, formando-se um pátio interno com grossas arcadas.

Fonte: MAE/UFPR.

Disputas pelo Próprio Nacional

Após seu tombamento, vemos a sacralização do edifício não apenas como símbolo da nação, mas também como “*célula mater*” da educação e formação da “*gente do Paraná*”, tal discurso se deu através de pesquisas e ofícios produzidos pelos políticos locais e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Por ocasião das comemorações do tricentenário da fundação de Paranaguá, em 1948, o então prefeito João Eugênio Cominese enviou um ofício à Câmara Municipal alegando a importância do patrimônio *parnanguara* enquanto representação de sua posição que por direito lhe caiba da história:

Como sabem V.Ex^a. E demais ilustre Srs. Vereradores a nossa cidade tendo completado há pouco o seu 3º Centenário, é por esse motivo que depositaria de honrosas tradições ao lado dum

rico patrimônio histórico, tendo, com a recente comemoração da Carta Régia de 29 de julho de 1648, conquistado a importante posição que por direito lhe caiba na História pátria e injustamente esquecida pela matéria dos nossos historiadores, de ter sido no século 17, como povoação mais meridional do império lusitano na América, e cabeça de ponte para a projeção da soberania de Portugal ao Sul e Oeste [...]

Fica evidente o caráter contemplativo não apenas do prefeito, mas dos órgãos administrativos de Paranaguá, a respeito de seu patrimônio histórico como marco de uma história patriótica, ainda na documentação, este exprime as vantagens do turismo patrimonial para o progresso local, além solicitar à Câmara “uma Lei de Desapropriação, por utilidade pública, dos imóveis particulares compreendidos na quadra do Colégio Velho dos Jesuítas, já tombado e que será entregue ao Município para nele instalar Muzeu, Pinacoteca e Biblioteca Municipaes” (Ofício nº 420 do Prefeito Municipal de Paranaguá à Câmara Legislativa. 07/08/1948).

Nesse contexto, foi decretado a fundação de um museu no *convento dos jesuítas*, a partir do Decreto Estadual nº 71.17 de 2 de junho de 1949, no qual se cria o Museu de Paranaguá em parceria com o Governo do Estado, Municipal e o departamento de cultura, da Secretaria da Educação e Cultura. Para a execução do projeto os trabalhos de restauração foram iniciados no mesmo ano pela DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo SPHAN) e concluídos com recursos da Prefeitura Municipal, tratava-se da implantação de um museu instituído num próprio nacional tombado em 1938.

Após o término das obras de restauração do Colégio dos Jesuítas em 1953, o grupo de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGPG) também se inseriu na “disputa” pelo próprio nacional seguindo suas concepções sobre patrimônio. Praticamente em todas as edições da revista do Instituto tinha um artigo sobre o edifício, sempre ressaltando o seu caráter simbólico para a educação e formação do Paraná (FURTADO, 2006). Das manifestações que tais intelectuais nutriam pelo edifício vale destacar o discurso registrado na ata de cerimônia de extração de uma pedra do pavimento térreo do Colégio dos Jesuítas, proferido por Joaquim Tramujas – então presidente do IHGPG – 31 de março de 1954. Segundo Furtado a cerimônia pública celebrava o “ducentésimo quinquagésimo aniversário do início da construção do colégio jesuíta”, além do início da construção do atual Colégio Medianeira, em Curitiba. Em seu discurso, Tramujas afirma que

[...] a pedra que hoje transladamos para Curitiba é a manifestação viva no presente de um passado que nos orgulhamos de recordar, é o traço de união entre um passado que nas lutas para a sedimentação de uma vila que começava a andar se caracterizava por atos do mais alto coturno moral e um presente que, para acompanhar a evolução natural da sociedade para mantê-la em um nível moral assim como desejariam os nossos antepassados, tem que se estribar nos preceitos certos e altissonantes da filosofia cristã.

Herdeiro de uma concepção patriótica e pedagógica da história, o discurso do presidente do IHGPG apresenta a translação da pedra fundamental do Colégio dos Jesuítas para Curitiba enquanto marcha progressiva para o futuro, presente e passado, no qual o uso da história,

ao ser filtrado enquanto exemplos e modelos para o presente e futuro podem conduzir ao aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos, logo a história é vista como mestra da vida (KOSELLECK, 2006).

Diante de tais fatos fica claro que a Prefeitura de Paranaguá e a diretoria do IHGPG ignorava o significado do processo de tombamento do colégio jesuítico em 1938, além das políticas culturais implantadas pela DPHAN no Brasil. O episódio é comentado por Rodrigo Melo Franco de Andrade em correspondência a José Loureiro Fernandes – intelectual paranaense, interlocutor entre o patrimônio nacional com os intelectuais de Paranaguá e primeiro diretor do museu – em maio de 1960. Andrade afirma que não teve conhecimento da remoção da pedra para o referido estabelecimento e condena como “iniciativa leviana e que por certo não seria tomada se os padres que a praticaram tivessem conhecimento de que ela importava em infração do Código Penal”.

Não se pode deixar de realçar que esse evento ocorreu dois anos antes da DPHAN, através do ofício nº 1330 de 7 de dezembro de 1956, conceder ao IHGPG a posse provisória das chaves do “antigo colégio”. Segundo a documentação, o Instituto recebia a “guarda do bem tombado” após três anos da restauração pela DPHAN e Prefeitura Municipal. Ao receber o termo de entrega das chaves, Tramujas afirma, em ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade que tem a “satisfação de comunicar a essa Diretoria que, dentro em pouco se instalará numa das suas salas o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, no mesmo edifício se instalando o Museu com todas as suas secções”.

Do Colégio dos Jesuítas ao Museu de Arqueologia e Artes Populares

A intenção até o momento era, além de transferir a sede do IHGPG para o Colégio dos Jesuítas, a criação de um museu – sobre direção do Instituto – onde haveria a tentativa de consolidar a história de Paranaguá, por meio do acervo do Instituto e do próprio edifício, valorizados como autênticos fragmentos do passado. Tal proposta legitimaria o reconhecimento de Paranaguá como “berço da civilização paranaense”. O museu do IHGPG acabou não se concretizando no Colégio dos Jesuítas, mas sim na atual sede da instituição (ao lado do MAE), quatro meses após a inauguração do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no segundo semestre de 1963. Nossa análise permite concluir que tal proposta museológica não se concretizou devido às divergências significativas do conceito de patrimônio, entre o IHGPG e a DPHAN.

Contrapondo-se a esse ideal, outra intervenção ao patrimônio histórico nacional ocorre através do ofício nº 1243/57 da Universidade Federal do Paraná, datado de 25 de novembro de 1956, na qual o reitor Flávio Suplicy de Lacerda contempla dois objetivos:

[...] a organização do departamento de antropologia... sendo nosso desejo incentivar as pesquisas científicas que vêm sendo realizadas a par das atividades didáticas daquela cátedra... está credenciada pela reitoria da Universidade a ter um entendimento com Vossa excelência a propósito do Museu de Arqueologia e

Artes Populares a ser instalado no secular Colégio dos Jesuítas em Paranaguá [...] (FURTADO, 2006, p. 266).

Com a organização do departamento de antropologia e a consolidação das pesquisas acadêmicas no litoral paranaense em arqueologia e etnologia, sobre liderança do professor José Loureiro Fernandes, o próprio nacional adquire uma nova relevância museológica. O Museu de Arqueologia de Artes Populares de Paranaguá – atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – começa a ter consistência.

Por meio do documento intitulado “Convênio entre a Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para instalação do museu de Paranaguá”, de 17 de julho de 1958, no qual o diretor de ensino superior, Dr. Jurandyr Lodi, o reitor da UFPR, professor Flávio Suplicy de Lacerda e Rodrigo de Melo Franco de Andrade, são firmadas dezesseis cláusulas, entre elas:

Cláusula I: A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D.P.H.A.N), responsável pelo próprio nacional situado à rua 15 de novembro nº 4, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, conhecido como antigo Colégio dos Jesuítas e recentemente restaurado por âquele órgão, o confia à guarda da Universidade do Paraná, para o fim de nêle ser instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá.

Cláusula II: O Museu terá como finalidades: a) servir à pesquisa científica, pela realização de trabalhos de campo e de laboratório e pelo colecionamento de peças de arqueologia e notadamente da região; b) contribuir para a educação popular, pelo franqueamento de suas coleções pela realização de cursos, de conferências, publicações e outras atividades tendentes a esse fim.

Cláusula III: O Museu constituirá instituto universitário, integrante do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, ao qual ficará subordinado técnica e administrativamente, por intermédio de seu Diretor

Cláusula XIII: É facultativo ao Instituto Histórico de Paranaguá usar o auditório do Museu para suas reuniões, em harmonia de atividades com o programa do Museu e, bem assim, ocupar uma dependência do prédio.

Assinado o Convênio, as finalidades do museu – de acordo com as cláusulas estabelecidas no documento – eram as de servir à pesquisa científica, promover educação popular e criar um Instituto Universitário como parte do Instituto de Pesquisa (daquela Universidade). As demais cláusulas se referem ao pessoal administrativo, as responsabilidades sobre obras e restaurações, as ações de solicitações para fomento às pesquisas e demais atividades técnicas do museu, além da necessidade de elaboração de um regimento interno.

Diferente do museu a ser desenvolvido pelo IHGPG foi desenvolvido um espaço museológico que visa preservar a memória dos habitantes locais, conhecidos como caiçaras – que se deu na miscigenação entre os “colonizadores” portugueses e os indígenas que já habitavam o litoral paranaense –, além dos remanescentes indígenas e arqueológicos encontrados no litoral paranaense: como os sambaquis. Vale lembrar também sua finalidade como instituição científica, com o objetivo de elaborar e promover pesquisas arqueológicas e etnográficas.

No entanto a concepção patrimonial do IPHAN ainda é presente no edifício uma vez que o museu foi inaugurado durante as comemorações do 315º aniversário de Paranaguá e o foco da imprensa

paranaense se deu perante a importância do colégio jesuítico enquanto patrimônio, antes e após a inauguração. A reportagem “Brasil de 10 mil anos poderá ser visto em Museu de Paranaguá”, do jornal Correio do Paraná, relata que o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá é “segundo os entendidos, a construção mais significativa como exemplo de arquitetura colonial no Paraná” e se integra no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já em “Esta velha construção guarda o passado histórico de Paranaguá”, do jornal o Estado do Paraná, afirma-se que foi durante as comemorações de 1948 (já mencionadas no texto) que “começa a ser realizado um movimento em prol da instalação de um museu neste prédio que é histórico e faz parte do acervo nacional”.

Considerações Finais

O presente texto visou compreender a ressignificação do conceito de patrimônio a partir do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, de seu tombamento como patrimônio histórico e artístico nacional à institucionalização do Museu de Arqueologia e Artes Populares. Visto que os tombamentos realizados pelo IPHAN durante o recorte temporal da pesquisa realizaram-se mais precisamente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Goiás (CHUVA, 2009), torna-se relevante a análise das práticas patrimoniais deste no estado do Paraná, uma vez que se inseria nos projetos

nacionalistas promovidos pelo Estado Novo (e após seu fim) e que devia contemplar os edifícios coloniais do território nacional.

As práticas em torno do patrimônio merecem de nós – historiadores – mais do que uma simples aprovação, sendo necessário problematizar sua consagração como objeto de culto, seu uso como gerado de identidade social, além das múltiplas operações destinadas a valorizá-lo e transformá-lo em produto cultural (CHOAY, 2006), seja a preservação, a modernização e a ressignificação. Sendo que, segundo Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (LE GOFF, 2003, p.469). Ademais ficou evidente que a pluralidade semântica do patrimônio – inserido no Colégio dos Jesuítas de Paranaguá – gerou sua disputa de memória pelos políticos locais e intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, instituição onde a história, mestra da vida, permanece em suas noções conceituais de patrimônio.

Nas fontes utilizadas para a pesquisa, notou-se a importância simbólica do edifício, enquanto patrimônio histórico e artístico nacional, e sua “vocação histórica” para tornar-se espaço museológico. Quanto ao patrimônio enquanto conceito nota-se, após a análise das fontes – sob a perspectiva da “história dos conceitos” de Koselleck – as diferentes significações do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá atribuídas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e a Prefeitura Municipal.

O Colégio dos Jesuítas de Paranaguá – atual sede expositiva do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – tornou-se um “lugar de memória”, expressão desenvolvida por Pierre Nora, referente à preservação da memória, da ascensão da história como representação de um passado remoto e ao processo de criação de locais de defesa da memória e pertencimentos de grupo (NORA, 1993). Para o autor mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (1993, p.21) Tal aura materializou-se no edifício aqui analisado, seja pelas perspectivas patrimoniais do IPHAN, ou pelos projetos e exposições do atual museu, uma vez que este tem como proposta a exposição das coleções arqueológicas e etnográficas, na perspectiva da evolução das técnicas de produção alimentícias e artesanais do homem.

Fontes Primárias

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm.>
Acesso em: 26/01/16.

Convênio entre Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para instalação do Museu de Paranaguá. 17/07/1958. In: Arquivo Documental da Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

Correspondência de David Carneiro a Rodrigo Mello Franco de Andrade. 08/04/1937. In: Arquivo Documental da Superintendência do IPHAN no Paraná.

Ofício n° 420 do Prefeito Municipal de Paranaguá à Câmara Legislativa. 07/08/1948. In: Arquivo Documental da Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, sábado, 27 de julho de 1963, ano V, nº 1255. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 26/01/2016.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, sexta feira, 4 de maio de 1973. Ano e nº desconhecido. In: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FURTADO, Maria Regina. *José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus*. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura. Imprensa Oficial, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KOSELLECK, Reinhhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.* São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Recebido em: 23/06/2016.

Aceito em: 04/08/2016.

